



Estaleiro e Base Naval para a Construção de Submarinos Convencionais e de Propulsão Nuclear

Plano Básico Ambiental

SEÇÃO II – PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA Projeto 5 – Projeto de Educação Patrimonial e Valorização Sociocultural

1	Após considerações MB	14/06/2010	Janderson Brito	Milena Paiva
0	Emissão inicial	07/06/2010	Raquel Alves Medeiros	Giselle P. Gouveia
REV	Descrição	Data	Elaborado	Revisado

Doc. Nº 1.1.2.1.1.2.3.5



ÍNDICE

1	JUSTIFICATIVA.....	4
2	OBJETIVOS	4
3	INDICADORES.....	5
4	PÚBLICO ALVO.....	5
5	METODOLOGIA E DESCRIÇÃO DO PROGRAMA	5
5.1	AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL	5
5.2	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E VALORIZAÇÃO SÓCIO-CULTURAL	7
5.2.1	Estabelecimento da Casa de Cultura	7
5.2.2	Realização de Oficinas Culturais.....	8
5.2.3	Publicação de Cartilha Patrimonial	8
6	INTER-RELAÇÃO COM OUTROS PROGRAMAS.....	9
7	LEGISLAÇÃO VIGENTE	9
8	ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO.....	10
9	CRONOGRAMA FÍSICO	11
10	ANEXO	12
10.1	ANEXO I – PROGRAMA BÁSICO AMBIENTAL (PBA)/ SUB-PROGRAMA DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL	12



ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Acompanhamento da implantação do Programa.	10
--	----



1 JUSTIFICATIVA

Os estudos realizados durante a etapa do EIA deste empreendimento (MRS, 2009) apontaram a presença de um patrimônio histórico, cultural e paisagístico positivo para a região do empreendimento.

Esse patrimônio envolve diferentes manifestações tradicionais e populares, tanto de natureza material como imaterial (edificações, artesanato, cantos, danças, cultos religiosos, técnicas construtivas, formas de manejo da paisagem, entre outros).

- Ressalte-se, aqui, o patrimônio cultural das comunidades pescadoras que habitam a região e que apresentam um extenso conhecimento e memória tradicional.

Dentro deste contexto, a obra de implantação do Estaleiro e Base Naval poderá provocar os seguintes impactos, caso não sejam realizadas as ações mitigadoras necessárias e indicadas pelo presente PBA:

- Alteração/destruição de patrimônio arqueológico/histórico;
- Comprometimento de estudos regionais de ocupação humana;
- Alteração de patrimônio cultural e paisagístico (material e imaterial).

Diante disto, foi elaborado o projeto apresentado no Anexo

anexo I – Programa Básico Ambiental (PBA)/ Sub-Programa de gestão do patrimônio arqueológico, histórico e cultural abrangendo dois aspectos distintos:

- A prospecção e resgate do patrimônio arqueológico, o qual será implementado, antes da licença de instalação do EBN, conforme recomenda o item 2.19 da Licença Prévia deste empreendimento;
- Apresenta o projeto de educação patrimonial e valorização sócio cultural, o qual é objeto deste PBA.

2 OBJETIVOS

Os objetivos gerais deste Projeto podem ser sintetizados em dois grandes itens:

- Atender a legislação brasileira no que se refere à proteção e intervenção junto a este patrimônio;
- Desenvolver atividades que busquem o envolvimento das comunidades locais em todas as etapas do Projeto, aliando o reconhecimento e a

perspectiva científica do Programa com aquelas apresentadas pelos grupos sociais envolvidos sobre seu patrimônio cultural.

3 INDICADORES

Os indicadores deste programa são:

- Relatório de avaliação do patrimônio histórico cultural;
- Oficinas culturais realizadas;
- Exposição permanente estabelecida;
- Visitas da exposição em outros eventos;
- Visitações à Casa de Cultura;
- Cartilha de Educação Patrimonial publicada e distribuída;

4 PÚBLICO ALVO

O presente projeto atende o seguinte público alvo:

- A comunidade do município envolvido (Itaguaí), em especial da Ilha da Madeira, incluindo organizações não governamentais voltadas ao patrimônio histórico e cultural, considerando que o objetivo maior do presente Projeto é recuperar os diferentes cenários de ocupação humana que se desenvolveram na área, ao longo do tempo, permitindo a incorporação e apropriação de seus resultados na memória coletiva, visando contribuir para o fortalecimento de sua identidade.

5 METODOLOGIA E DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

A conceituação básica destas abordagens e metodologia de trabalho são fornecidas a seguir.

5.1 AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

O Projeto deverá contemplar as seguintes macro-atividades:

- Levantamento sistemático de fontes documentais (bibliografia, iconografia e cartografia), visando resgatar e sistematizar as informações disponíveis sobre a história e cultura regionais.
- Serão feitas consultas em bibliotecas, arquivos e casas de memória, além de entrevistas sistemáticas com a comunidade local incorporando os conhecimentos e saberes tradicionais.
- Levantamento e registro sistemático de cultura imaterial junto à comunidade local (ADA, AID).
 - Esse levantamento se fará através de registros audio-visuais (entrevistas, fotos e filmagens), buscando mapear e identificar elementos para uma reflexão mais abrangente da trajetória de formação e transformação histórica da comunidade.
 - No que se refere à cultura imaterial, deverão ser desenvolvidas atividades de identificação e caracterização dos eventos culturais tradicionais, englobando as diversas manifestações de cultura popular que a comunidade local apresenta (festas, procissões, novenas, folias, entre outros).
 - Será desenvolvida uma pesquisa específica voltada às comunidades pescadoras, considerando o rico e significativo patrimônio e conhecimento tradicional que possuem. O resultado destas ações virão a compor um acervo de referências importantes à preservação da memória regional e, em especial, reforçar os elementos identitários construídos e resguardados pela comunidade, procurando elementos que remetam à valorização de suas origens.
- Por outro lado, considerando que as comunidades atribuem valores a determinados cenários paisagísticos, deverá-se proceder ao registro de lugares que, para a população local, incorporem valor simbólico e/ou afetivo, constituindo referência cultural e valor agregado à sua identidade. Para tanto, serão realizadas entrevistas e tomadas de depoimento de membros da comunidade, possibilitando a integração dos conhecimentos tradicionais aos conhecimentos científicos (trabalhos sistemáticos na ADA e AID, amostrais na AII).

5.2 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E VALORIZAÇÃO SÓCIO-CULTURAL

Como resultado e consequência das pesquisas realizadas por este Projeto, deverão ser desenvolvidas ações de Educação Patrimonial junto à comunidade local e regional, visando:

- Envolver a comunidade na identificação e caracterização do patrimônio arqueológico, histórico e cultural, de maneira a considerar sua percepção, valorização e propostas no andamento de todo o Programa aqui apresentado, dentro do conceito de Arqueologia Colaborativa;
- Apresentar à comunidade os resultados alcançados pela pesquisa, objetivando sua incorporação na identidade cultural regional e promovendo, em última instância, sua preservação;
- Valorizar os conhecimentos tradicionais, a memória e identidade histórico-cultural das comunidades;
- Fornecer subsídios aos órgãos públicos que contribuam para o gerenciamento do patrimônio cultural dos municípios envolvidos.

Para tanto estará sendo desenvolvido um amplo leque de ações, abaixo sintetizadas:

5.2.1 ESTABELECIMENTO DA CASA DE CULTURA

Como medida compensatória pela inevitável perda do patrimônio cultural presente na área de obras, será construída Casa de Cultura na Ilha da Madeira, que deverá abrigar o resultado das pesquisas, além de uma exposição permanente sobre seus resultados.

- A exposição deverá conter mostra em painéis e/ou recursos multimídia;
- A exposição deverá visitar as escolas da região e eventos culturais já programados na região, buscando a maior amplitude possível da divulgação do Patrimônio Cultural regional;
- Serão fornecidos treinamento e formação de profissionais locais para gerenciamento do local e do patrimônio envolvido, além de atendimento ao público e ações educativas diversas.



5.2.2 REALIZAÇÃO DE OFICINAS CULTURAIS

Anualmente, serão realizadas 02 Oficinas Culturais com a comunidade local visando à promoção de debates, fóruns de discussão e atividades ligadas ao patrimônio cultural regional.

O público alvo deverá ser os grupos sociais localizados na Ilha da Madeira, Saco da Coroa Grande e Itacuruçá.

Serão buscadas parcerias com organizações que já desenvolvam trabalhos ou constituam centros de referência para estas comunidades (ONGs, sindicatos, grupos de apoio etc.).

As oficinas vão privilegiar atividades que estimulem os participantes a refletir sobre o patrimônio cultural presente na região através de atividades em grupo, atividades lúdicas, passeios culturais, palestras, tomada de entrevistas e depoimentos, distribuição de material de apoio.

Os resultados serão incorporados aos produtos do projeto, em especial, nas Mídias Sociais.

5.2.3 PUBLICAÇÃO DE CARTILHA PATRIMONIAL

Será realizada a publicação dos trabalhos desenvolvidos na região, na forma de Cartilha Patrimonial.

- A cartilha terá linguagem corrente (não técnica), privilegiando imagens, fotos, figuras e mapas, deverá despertar o interesse da comunidade infantil para o patrimônio arqueológico, histórico e cultural regional, com ênfase nas pesquisas e nos resultados obtidos através do Programa.
- O público alvo é o estudantil (1ª. a 4ª. série do ensino fundamental) do município de Itaguaí (15.000 alunos).

Além disso, no site previsto para o empreendimento, conforme apresenta o **Projeto de Comunicação Social** (Seção II.2), será realizada a divulgação eletrônica do Projeto com a disponibilização dos dados e acolhimento de indicações e participações da comunidade.



6 INTER-RELAÇÃO COM OUTROS PROGRAMAS

Este Programa se relaciona com o Programa de Educação Ambiental para a Comunidade.

7 LEGISLAÇÃO VIGENTE

Este Programa atende a legislação brasileira no que se refere à proteção ao patrimônio arqueológico, histórico e cultural, considerando:

- Decreto-Lei n. 25, de 30/11/1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional;
- Lei n. 3.924, de 26/07/1961, que proíbe a destruição ou mutilação, para qualquer fim, da totalidade ou parte das jazidas arqueológicas, o que é considerado crime contra o patrimônio nacional;
- Constituição Federal de 1988 (artigo 216), que define o patrimônio cultural brasileiro, de natureza material e imaterial, garantindo sua guarda e proteção;
- Decreto no 3.551, de 04.08.2000, que cria um registro de bens culturais de natureza imaterial;
- Lei 7.542/86 (modificada pela Lei 10.166/2000), que dispõe sobre os bens culturais subaquáticos.

Por outro lado, este Programa considera também as diretrizes normativas e operacionais fornecidas pelos seguintes instrumentos:

- Manual de Estudos de Efeitos Ambientais dos Sistemas Elétricos (ELETROBRÁS/ELETRONORTE, março/1986), que detalha as especificidades operacionais dos programas ambientais;
- Portaria IPHAN/MinC 230, de 17.12.2002, que define o escopo das pesquisas a serem realizadas durante as diferentes fases de licenciamento de obra;
- Portaria IPHAN/MinC 127, de 05.05.09, que estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira.



8 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Ao longo da implantação deste Projeto deverá ser feito acompanhamento a partir dos seguintes marcos evolutivos, conforme demonstra o Quadro 1 abaixo:

Quadro 1 – Acompanhamento da implantação do Programa.

Etapas de desenvolvimento do Sub-Programa	Marcos de acompanhamento: resultados previstos e produtos
Avaliação do patrimônio Histórico Cultural	Apresentação de Quadro Regional de Ocupações Humanas (histórico, cultural)
Ações de Educação Patrimonial	Estabelecimento da Casa de Cultura Realização das Oficinas Culturais Publicação de Cartilha Patrimonial.

9 CRONOGRAMA FÍSICO

Programa Básico Ambiental		Instalação								Operação							
		1º semestre	2º semestre	3º semestre	4º semestre	5º semestre	6º semestre	7º semestre	8º semestre	1º semestre	2º semestre	3º semestre	4º semestre	5º semestre	6º semestre	7º semestre	8º semestre
2.5	Projeto de Educação Patrimonial																
	Avaliação do patrimônio histórico e cultural																
	Construção da Casa de Cultura																
	Manutenção de exposição permanente e itinerante																
	Realização de Oficinas Culturais																
	Publicação de Cartilha Patrimonial																



10 ANEXO

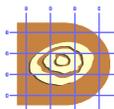
10.1 ANEXO I – PROGRAMA BÁSICO AMBIENTAL (PBA)/ SUB-PROGRAMA DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL

**PROGRAMA BASICO AMBIENTAL (PBA)
SUB-PROGRAMA DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO
ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL**

**ESTALEIRO E BASE NAVAL PARA CONSTRUÇÃO DE
SUBMARINOS CONVENCIONAIS E COM PROPULSÃO NUCLEAR
PELA MARINHA DO BRASIL
Município de Itaguaí / RJ**

Abril / 2010

LD. DRA. ERIKA M. ROBRAHN-GONZÁLEZ



INDICE

1. INTRODUÇÃO	3
2. JUSTIFICATIVA	4
3. OBJETIVOS	8
4. PÚBLICO ALVO	9
5. METODOLOGIA E DESCRIÇÃO DO PROGRAMA	10
6. ETAPAS DE EXECUÇÃO	16
7. RECURSOS NECESSÁRIOS E CRONOGRAMA FÍSICO	18
8. IMPLANTAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	21
9. BIBLIOGRAFIA	22

1. INTRODUÇÃO

O presente texto vem apresentar as ações previstas e escopo do Programa Básico Ambiental (PBA) do Estaleiro e Base Naval para construção de Submarinos Convencionais e com Propulsão Nuclear pela Marinha do Brasil, previsto para ser implantado no município de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro. O texto abrange o campo do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural.

Os estudos diagnósticos da obra, integrados em seu EIA/RIMA, foram realizados nos primeiros meses de 2010 pela empresa DOCUMENTO Antropologia e Arqueologia Ltda, sob responsabilidade técnico-científica da Dra. Erika M. Robrahn-González, apoiada pela Portaria IPHAN n. 3, Anexo I-10 (publicada no D.O.U. em 12.02.10).

2. JUSTIFICATIVA

2.1 Justificativa legal

Este Sub-Programa atende a legislação brasileira no que se refere à proteção ao patrimônio arqueológico, histórico e cultural, considerando:

- Decreto-Lei n. 25, de 30/11/1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional;
- Lei n. 3.924, de 26/07/1961, que proíbe a destruição ou mutilação, para qualquer fim, da totalidade ou parte das jazidas arqueológicas, o que é considerado crime contra o patrimônio nacional;
- Constituição Federal de 1988 (artigo 216), que define o patrimônio cultural brasileiro, de natureza material e imaterial, garantindo sua guarda e proteção;
- Decreto nº 3.551, de 04.08.2000, que cria um registro de bens culturais de natureza imaterial;
- Lei 7.542/86 (modificada pela Lei 10.166/2000), que dispõe sobre os bens culturais subaquáticos

Por outro lado, este Sub-Programa considera também as diretrizes normativas e operacionais fornecidas pelos seguintes instrumentos:

- a) Resolução CONAMA 01/86, especificamente artigo 6, inciso I, alínea C, onde são destacados os sítios e monumentos arqueológicos como elementos a serem considerados nas diferentes fases de planejamento e implantação do Empreendimento (LP, LI, LO);
- b) Resolução CONAMA 07/97, que detalha as atividades e produtos esperados para cada uma das fases acima citadas;
- c) Manual de Estudos de Efeitos Ambientais dos Sistemas Elétricos (ELETROBRÁS/ELETRONORTE, março/1986), que detalha as especificidades operacionais dos programas ambientais;
- d) Portaria IPHAN/MinC 07, de 01.12.1988, que normatiza e regulamenta as ações de intervenção junto ao patrimônio arqueológico nacional, bem como define o acompanhamento e aprovação dos trabalhos;

- e) Portaria IPHAN/MinC 230, de 17.12.2002, que define o escopo das pesquisas a serem realizadas durante as diferentes fases de licenciamento de obra;
- f) Portaria IPHAN/Minc 127, de 05.05.09, que estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira.

2.2 Justificativa científica

Os estudos realizados durante a etapa de Diagnóstico apontaram a presença de um patrimônio histórico, cultural e paisagístico positivo para a região do empreendimento. Esta situação já era esperada, considerando o rico contexto de ocupações humanas que se desenvolveu na área, ao longo de tempo, desde o período pré-colonial até os dias atuais.

O patrimônio histórico e cultural identificado envolve diferentes manifestações tradicionais e populares, tanto de natureza material como imaterial (edificações, artesanato, cantos, danças, cultos religiosos, técnicas construtivas, formas de manejo da paisagem, entre outros). Ressalte-se, aqui, o patrimônio cultural das comunidades pescadoras que habitam a região e que apresentam um extenso conhecimento e memória tradicional. Os estudos diagnósticos atestaram diversas destas manifestações, embora seu número deva representar somente uma parcela do total de patrimônio histórico/cultural regional. A própria comunidade está fortemente imbuída deste patrimônio em sua forma cotidiana de viver e construir o universo que a rodeia.

Quanto ao patrimônio arqueológico, os levantamentos realizados na ADA durante a etapa diagnóstica não revelaram a presença positiva de vestígios. Já na AID foi identificado um sítio histórico (sítio Gênésio) na Ilha dos Martins, contendo material que remonta ao menos ao século XVIII. Entrevistas com a comunidade revelaram ainda potencial de outros vestígios arqueológicos, situação que, de resto, é confirmada pela bibliografia especializada e pelo Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos/ IPHAN.

Ressalte-se que as pesquisas arqueológicas de campo durante a etapa diagnóstica foram realizadas exclusivamente em ambiente terrestre, e através de métodos amostrais. Assim, devem ser ainda realizadas prospecções em ambiente subaquático, uma vez que as obras e a operação do Estaleiro e Base Naval abrangem também área oceânica. Portanto, o detalhamento das investigações poderá mudar o atual cenário e registrar a presença positiva de vestígios arqueológicos na ADA do

empreendimento, seja em ambiente terrestre, seja em ambiente subaquático, ou em ambos.

Portanto, a região abrangida pelo Projeto apresenta um patrimônio cultural positivo e não apenas significativo (considerando a diversidade de vestígios presentes e a sua profundidade temporal), mas também consagrado pela população local e pelos órgãos públicos envolvidos.

Dentro deste contexto, a obra de implantação do Estaleiro e Base Naval poderá provocar os seguintes impactos, caso não sejam realizadas as ações mitigadoras necessárias e indicadas pelo presente PBA:

- a) Alteração/destruição de patrimônio arqueológico/ histórico;
- b) Comprometimento de estudos regionais de ocupação humana;
- c) Alteração de patrimônio cultural e paisagístico (material e imaterial).

Como resultado dos estudos diagnósticos, e de acordo com o que especificam a Resolução CONAMA 01/86 e a Portaria IPHAN 230/02, indicou-se a necessidade de serem implementadas pesquisas e ações de valorização e preservação do Patrimônio Histórico e Cultural, bem como, de serem desenvolvidos detalhamentos de prospecção arqueológica na ADA que, se positivos, levarão à realização de atividades cabíveis de resgate.

Assim, a ação mitigadora cabível é o desenvolvimento de um Programa de Pesquisa, Prospecção e Resgate do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural do empreendimento.

A realização deste Programa se baseia, portanto, por um lado, na justificativa científica indicada, uma vez que a área já apresenta um patrimônio cultural positivo; por outro lado, baseia-se em uma justificativa legal (leis, resoluções e portarias), expostas anteriormente.

3. OBJETIVOS

Os objetivos gerais deste Sub-Programa podem ser sintetizados em quatro grandes itens:

- a) Realizar os levantamentos e estudos previstos na Etapa de Prospecção e Resgate do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural existente na área de influência do Estaleiro e Base Naval;
- b) Atender a legislação brasileira no que se refere à proteção e intervenção junto a este patrimônio;
- c) Produzir conhecimento científico sobre a Arqueologia e História da área, contribuindo para a ampliação do conhecimento da cultura nacional;
- d) Desenvolver atividades que busquem o envolvimento das comunidades locais em todas as etapas do Programa, aliando o reconhecimento e a perspectiva científica do Programa com aquela apresentada pelos grupos sociais envolvidos sobre seu patrimônio cultural.

De uma perspectiva científica, este Sub-Programa tem ainda como premissas a identificação e caracterização das diversas culturas que ocuparam a região buscando, em especial, suas dimensões espaciais e cronológicas, assim como sua inserção em contextos arqueológicos, históricos e culturais de caráter macro-regional. Para tal finalidade, a abordagem envolve a identificação e inserção geográfica, ambiental e temporal dos sítios arqueológicos/históricos e bens culturais da região, testemunhos das sociedades humanas que habitaram e habitam a região, ontem e hoje.

4. PÚBLICO ALVO

O presente Sub-Programa atende os seguintes públicos alvo:

1. A comunidade do município envolvido (Itaguaí), incluindo organizações não governamentais voltadas ao patrimônio histórico e cultural, considerando que o objetivo maior do presente Programa é recuperar os diferentes cenários de ocupação humana que se desenvolveram na área, ao longo do tempo, permitindo a incorporação e apropriação de seus resultados na memória coletiva, visando contribuir para o fortalecimento de sua identidade.
2. Aos órgãos licenciadores envolvidos, de forma a desenvolver as ações previstas e atender a legislação vigente. Em especial o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), responsável pela emissão de Portaria de Pesquisa, acompanhamento e regulamentação sobre o Patrimônio Cultural Brasileiro.
3. O grupo empreendedor e executor da obra, visando garantir o desenvolvimento adequado de programas preventivos e/ou mitigadores que permitam o cumprimento das etapas de pesquisa exigidas nas diferentes fases do processo de licenciamento.
4. A comunidade científica, uma vez que o desenvolvimento dos trabalhos deverá trazer dados novos para os campos da Arqueologia, História e Cultura.

5. METODOLOGIA E DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

A diretriz básica da pesquisa é considerar a Arqueologia como uma *Ciência Social*, voltada para o estudo de sociedades humanas e integração de conhecimentos com os grupos sociais locais. No caso do presente Sub-Programa, deve-se abordar o conjunto de ocupações de grupos indígenas e não indígenas que se desenvolveram na área planejada para implantação do Estaleiro e Base Naval, desde tempos pré-coloniais até os dias atuais. Neste sentido, a pesquisa deve-se dar através dos seguintes procedimentos e metodologias:

1. Detalhamento das prospecções arqueológicas na ADA e AID (ambiente terrestre e subaquático);
2. Pesquisa, registro e valoração histórico/cultural das comunidades envolvidas na ADA, AID e AII;
3. Avaliações patrimoniais e detalhamento de ações voltadas ao resgate arqueológico, caso as prospecções indiquem a presença positiva de vestígios na ADA do empreendimento;
4. Realização de ações de envolvimento das comunidades locais e Educação Patrimonial;
5. Elaboração e entrega de relatórios finais.

A conceituação básica destas abordagens e metodologia de trabalho são fornecidas a seguir.

5.1 Patrimônio arqueológico

O Programa deverá prever ações de mapeamento, cadastro, avaliação e estudo dos sítios arqueológicos (incluindo sítios pré-históricos e históricos) presentes nas áreas de influência da obra, tanto em ambiente terrestre como subaquático, compreendendo:

- Em ambiente terrestre, deverão ser realizados levantamentos intensivos sistemáticos (varredura) da ADA, abrangendo 100% das áreas previstas de intervenção da obra para mapeamento total dos possíveis vestígios ali existentes, através da implantação de uma malha de caminhamentos com abertura de poços-teste de 25 X 25 metros.
- Ainda em ambiente terrestre, deverá ser realizado detalhamento de prospecção na área de AID, abrangendo terrenos em raio de 1.000 metros, através de levantamentos extensivos amostrais visando identificar sítios arqueológicos e históricos que forneçam contextos de referência permitindo análises científicas regionais e ampliando as possibilidades interpretativas do Programa.
- Em ambiente subaquático deverão ser realizadas prospecções geofísicas (com uso de sonar de varredura lateral) para mapeamento de alvos arqueológicos, com uso de frequência de insonificação mínima de 300kHz. A prospecção deverá cobrir toda a ADA do empreendimento, bem como uma faixa de 100 m em suas margens considerando possibilidade de alterações laterais por conta da operação da Base Naval. A partir dos resultados geofísicos, e com a indicação de pontos-alvo de interesse arqueológico, deverão ser realizadas prospecções arqueológicas subaquáticas (mergulhos) para aferição e caracterização de possíveis vestígios culturais presentes, bem como, de seu estado de conservação e potencial científico, baseando avaliações estratégicas de tratamento.
- Nos possíveis sítios ou vestígios arqueológicos cadastrados na ADA (ambiente terrestre e subaquático) deverão ser desenvolvidas pesquisas de resgate, sendo que a magnitude das intervenções deverá variar conforme as características dos vestígios, seu potencial científico e estado de conservação. No caso dos sítios da AID, a atuação deverá ser de cadastro de sítios e obtenção de dados relativos à morfologia e indústrias associadas, sem previsão de extensas escavações, visando garantir a preservação do patrimônio arqueológico nacional.

- O Programa deverá contemplar, ainda, a realização de tratamentos e análises integrais em laboratório/ gabinete, incluindo curadoria e análise científica das coleções de materiais coletados, sistematização e tratamento completo dos documentos e registros obtidos durante as pesquisas, bem como seqüências de datações absolutas dos sítios arqueológicos escavados.

5.2 Patrimônio histórico e cultural

O Programa deverá contemplar as seguintes macro-atividades:

- Levantamento sistemático de fontes documentais (bibliografia, iconografia e cartografia), visando resgatar e sistematizar as informações disponíveis sobre a história e cultura regionais. Deverão ser feitas consultas em bibliotecas, arquivos e casas de memória, além de entrevistas sistemáticas com a comunidade local incorporando os conhecimentos e saberes tradicionais.
- Estudos de cultura material (patrimônio edificado e coleções de material), de forma sistemática na ADA e amostral na AID e AII.
- Levantamento e registro sistemático de cultura imaterial junto à comunidade local (ADA, AID e amostral na AII). Esse levantamento se fará através de registros audio-visuais (entrevistas, fotos e filmagens), buscando mapear e identificar elementos para uma reflexão mais abrangente da trajetória de formação e transformação histórica da comunidade. No que se refere à cultura imaterial, deverão ser desenvolvidas atividades de identificação e caracterização dos eventos culturais tradicionais, englobando as diversas manifestações de cultura popular que a comunidade local apresenta (festas, procissões, novenas, folias, entre outros). Deverá ser desenvolvido uma pesquisa específica voltada às comunidades pescadoras, considerando o rico e significativo patrimônio e conhecimento tradicional que possuem. O resultado destas ações virão a compor um acervo de referências importantes à preservação da memória regional e, em especial, reforçar os elementos identitários construídos e resguardados pela comunidade, procurando elementos que remetam à valorização de suas origens.
- Por outro lado, considerando que as comunidades atribuem valores a determinados cenários paisagísticos, deverá-se proceder ao registro de lugares que, para a população local, incorporem valor simbólico e/ou afetivo, constituindo referência cultural e valor agregado à sua identidade. Para tanto, deverão ser

realizadas entrevistas e tomadas de depoimento de membros da comunidade, possibilitando a integração dos conhecimentos tradicionais aos conhecimentos científicos (trabalhos sistemáticos na ADA e AID, amostrais na AII).

5.3 Educação Patrimonial

Como resultado e consequência das pesquisas realizadas por este Programa, deverão ser desenvolvidas ações de Educação Patrimonial junto à comunidade local e regional, visando:

- Envolver a comunidade na identificação e caracterização do patrimônio arqueológico, histórico e cultural, de maneira a considerar sua percepção, valorização e propostas no andamento de todo o Programa aqui apresentado, dentro do conceito de Arqueologia Colaborativa;
- Apresentar à comunidade os resultados alcançados pela pesquisa, objetivando sua incorporação na identidade cultural regional e promovendo, em última instância, sua preservação;
- Valorizar os conhecimentos tradicionais, a memória e identidade histórico-cultural das comunidades;
- Produzir material científico relativo à Arqueologia da região (Ciência Aplicada), a ser divulgado junto à comunidade local e comunidade científica;
- Fornecer subsídios aos órgãos públicos que contribuam para o gerenciamento do patrimônio cultural dos municípios envolvidos.

Para tanto estará sendo desenvolvido um amplo leque de ações, abaixo sintetizadas:

- Realização de Oficinas Culturais com a comunidade, visando a promoção de debates, fóruns de discussão e atividades ligadas ao patrimônio cultural regional. O público alvo deverá ser os grupos sociais localizados na ADA e AID da obra. Serão buscadas parcerias com organizações que já desenvolvam trabalhos ou constituam centros de referência para estas comunidades (ONGs, sindicatos, grupos de apoio etc). As oficinas deverão privilegiar atividades que estimulem os participantes a refletir sobre o patrimônio cultural presente na região através de atividades em grupo, atividades lúdicas, passeios culturais, palestras, tomada de entrevistas e depoimentos, distribuição de material de apoio. Os resultados serão incorporados aos produtos do Programa, em especial, nas Mídias Sociais.

- Publicação dos trabalhos na forma de Cartilha Patrimonial. De linguagem corrente (não técnica) e privilegiando imagens, fotos, figuras e mapas, deverá despertar o interesse da comunidade infantil para o patrimônio arqueológico, histórico e cultural regional, com ênfase nas pesquisas e nos resultados obtidos através do Programa. O público alvo é o estudantil (1^a. a 4^a. série do ensino fundamental).
- Publicação científica final do Programa, contribuindo para ampliar o conhecimento da pré-história e da história nacional, e da área do empreendimento em particular. O público alvo é formado pelo meio acadêmico (bibliotecas, instituições de pesquisas, profissionais em arqueologia, história e patrimônio cultural).
- Elaboração e montagem de exposição itinerante que contemple as escolas do município e outros locais de interesse. Deverá conter mostra de banners e/ou recursos multimídia. Deverão ser analisados os eventos culturais já programados para a ADA e AID (festas regionais, encontros, eventos) para sinergia, buscando a maior amplitude possível da divulgação do Patrimônio Cultural regional. O público alvo é a comunidade em geral. Como resultado final deverá ser buscada a divulgação do Programa e do Patrimônio Cultural, com estímulo à participação da comunidade na construção de uma história conjunta.
- Deverá ser prevista divulgação eletrônica na forma de um *site ou blog* mantido durante todo o desenvolvimento do Programa com disponibilização dos dados e acolhimento de indicações e participações da comunidade. Sugere-se a implantação e manutenção de uma plataforma de Mídias Sociais, associado ao Programa Arqueológico.
- Como medida compensatória pela inevitável perda do patrimônio cultural presente na área de obras indica-se a construção de uma Casa de Cultura regional, que deverá abrigar o resultado das pesquisas, além de uma exposição permanente sobre seus resultados. Deverá ser fornecido treinamento e formação de profissionais locais para gerenciamento do local e do patrimônio envolvido, além de atendimento ao público e ações educativas diversas.

6. ETAPAS DE EXECUÇÃO

As etapas de execução deste Sub-Programa podem ser assim sintetizadas:

- **ETAPA 1:** Organização do Programa
Envolve o detalhamento das ações, formação de equipe, refinamento da metodologia de trabalhos de campo. Atividade inicial, com duração prevista de 15 dias.

- **ETAPA 2:** Legalização da pesquisa
Envolve elaboração de projeto científico, reunião de documentos necessários e abertura de processo junto ao IPHAN visando obtenção de Portaria. Resultado previsto: publicação de Portaria no D.O.U. Prazo total previsto para esta ação, até publicação da Portaria: 3 meses.

- **ETAPA 3:** Análises documentais e definições estratégicas
Envolve o total de atividades previstas de pesquisa bibliográfica, cartográfica e iconográfica, incluindo patrimônio subaquático. Resultado: elaboração de Zoneamento Arqueológico Terrestre e Zoneamento Arqueológico Subaquático para a ADA, constituindo material de apoio às prospecções de campo.

- **ETAPA 4:** Trabalhos de campo
Envolve o total de atividades de pesquisa arqueológica, histórica e cultural previstas na área do empreendimento (ADA, AID e AII), tanto em ambiente terrestre como em ambiente subaquático. Prevê-se um total de 60 dias de campo, com diferentes equipes trabalhando de forma simultânea.

- **ETAPA 5:** Trabalhos de laboratório, envolvendo o total de atividades de tratamento, organização, sistematização, análise científica do conjunto de dados obtido em campo e avaliações estratégicas. Envolve desde o acervo arqueológico em si, coletado durante as pesquisas, até a documentação

gráfica produzida (mapas, plantas, croquis, fichas, diários de campo, etc.), entrevistas com a comunidade, filmagens, e outros.

➤ ETAPA 6: Educação Patrimonial

Envolve a produção de cartilha patrimonial, artigo científico, exposição itinerante e oficinas culturais, bem como, a implementação e manutenção de Mídias Sociais que ampliem as possibilidades de integração e envolvimento das comunidades locais ao Programa. Inclui-se aqui, também, a elaboração de projeto do Centro de Cultura, sua construção, implementação de exposição permanente e treinamento de profissionais.

➤ ETAPA 7: Elaboração de relatórios

Envolve a elaboração e entrega de relatórios de andamento e relatório final ao IPHAN e demais órgãos licenciadores envolvidos.

➤ ETAPA 8: Aprovação do Sub-Programa

Envolve a obtenção do parecer do IPHAN referente aos trabalhos.

7. RECURSOS NECESSÁRIOS E CRONOGRAMA FÍSICO

Os recursos para o programa deverão ser previstos no orçamento da obra, sendo responsabilidade do empreendedor dando atendimento aos instrumentos normativos existentes em processos de licenciamento ambiental. Para tanto, deverá ser contratada equipe de profissionais especializados, cujas atividades serão previamente avaliadas e licenciadas pelo IPHAN/MinC através da publicação de Portaria de Pesquisa no D.O.U. Este Programa deverá contar com apoio de uma Instituição de Pesquisa que garanta a guarda do material arqueológico coletado, bem como, forneça o suporte científico necessário ao atendimento do patrimônio envolvido.

Recursos financeiros: Para o desenvolvimento deste Sub-Programa estima-se um valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), referentes aos custos de pesquisa. Não estão inclusos neste valor os custos da Casa de Cultural (construção, equipamento e implementação de exposição permanente), bem como, os custos operacionais dos trabalhos de campo, que deverão ser arcados pelo empreendedor, como parte de seu custo fixo. Este valor poderá ser ainda ampliado caso as prospecções arqueológicas subaquáticas revelem a presença positiva de sítios ou vestígios históricos submersos, de forma a abranger ações de resgate e/ou preservação cabíveis.

Cronograma: Este Programa deverá ser desenvolvido antes do início de implantação das obras, de forma a evitar toda e qualquer interferência sobre possíveis sítios arqueológicos e bens histórico/culturais existentes na área. A duração total prevista para o Programa é de 12 meses, considerando a pouca extensão da área específica prevista de obras. O quadro abaixo traz uma representação dos itens acima descritos nos meses previstos para desenvolvimento do Programa.

CRONOGRAMA DE DESENVOLVIMENTO – SUB-PROGRAMA DE PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL

Ações	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
Legalização IPHAN												
Montagem de equipe												
Organização das ações/ planejamento												
Estudos documentais												
Trabalhos de campo												
Estudos de laboratório												
Análises científicas												
Educação Patrimonial												
Implementação de Centro de Cultura												
Elaboração relatórios (semestral, final)												
Atendimento à comunidade												

8. IMPLANTAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Ao longo da implantação deste Sub-Programa de Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural deverá ser feito acompanhamento a partir dos seguintes marcos evolutivos, conforme demonstra o Quadro abaixo:

Etapas de desenvolvimento do Sub-Programa	Marcos de acompanhamento: resultados previstos e produtos
Detalhamento do programa, organização das ações, definição da equipe de trabalho	Elaboração de Projeto Científico. Protocolo junto ao IPHAN/MinC visando obtenção de Portaria de Pesquisa.
Legalização do Sub-Programa	Publicação no D.O.U. da Portaria de Pesquisa pelo IPHAN/MinC
Estudos documentais	Apresentação de Quadro Regional de Ocupações Humanas (arqueológico, histórico, cultural) e Zoneamento Patrimonial preliminar da ADA, AID e AII (Zoneamento Terrestre e Zoneamento Subaquático)
Etapa de campo, atendimento à comunidade	Mensuração dos procedimentos de campo através da aplicação de método de varredura da área; mensuração de participação da comunidade; avaliação de resultados
Ações de laboratório/gabinete	Tratamento do acervo documental e material obtido durante os trabalhos de campo
Ações de Educação Patrimonial	Elaboração e implantação dos produtos educativos previstos. Construção e entrega à Prefeitura Municipal de Casa de Cultura.
Conclusão do Sub-Programa	Elaboração e entrega de Relatório Final, protocolo junto ao IPHAN/MinC.
Aprovação do Sub-Programa	Obtenção de parecer de avaliação do IPHAN/MinC.

Considerando as etapas de pesquisa anteriormente definidas e descritas, o acompanhamento dos trabalhos deverá ocorrer, ainda, na forma de relatórios parciais de andamento. Estes relatórios deverão trazer as ações realizadas e concluídas, análise de andamento do cronograma e previsão de ações para o próximo período, permitindo um acompanhamento e avaliação continuada.

9. BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Capistrano de – CAPÍTULOS DE HISTÓRIA COLONIAL (1500 – 1800). Rio de Janeiro: Briguiet, 1954. 4^a. 19T.
- _____. CAMINHOS ANTIGOS E POVOAMENTO DO BRASIL. São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/ Itatiaia, 1989.
- ALEXANDRE, Valentim. OS SENTIDOS DO IMPÉRIO: QUESTÃO NACIONAL E QUESTÃO COLONIAL NA CRISE DO ANTIGO REGIME PORTUGUÊS. Porto: Afrontamento, 2000.
- ALVES, José Cláudio Souza. BAIXADA FLUMINENSE: A VIOLÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DO PODER. Tese de doutorado apresentada à FFLCH/USP. São Paulo, 1998.
- ALVES FILHO, Deusdedit S. – ANGRA DOS REIS: MONUMENTOS HISTÓRICOS ENTRE A INDÚSTRIA E O PARAISO. Dissertação de Mestrado, UFRJ, 2004
- ANDERSON, James R. et alii – SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO DO USO DA TERRA E DO REVESTIMENTO DO SOLO PARA UTILIZAÇÃO COM DADOS DE SENSORES REMOTOS. Trad.: Harold Strang. Rio de Janeiro, IBGE. (Série Paulo de Assis Ribeiro: 5), 1979.
- ANJOS, Rafael Sanzio A. dos – TERRITÓRIOS DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE ANTIGOS QUILOMBOS NO BRASIL – PRIMEIRA CONFIGURAÇÃO ESPACIAL. Brasília, Mapas Ed. e Cons., e 19T., 2000.
- ARAUJO, José de Souza A. MEMÓRIAS HISTÓRICAS DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, Imprensa Nacional, 1946.
- ARMILLAS, Pedro – PROGRAMA DE HISTORIA DE LA AMERICA INDIGENA. Washington, Union Panamericana, Estudios Monográficos II – 1^a Parte: América Precolombiana, 1957.
- BAITY, Elizabeth Chesley – A AMÉRICA ANTES DE COLOMBO. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1961 (Coleção Descoberta do Mundo:17).
- BARREIRO, José Carlos, IMAGINÁRIO E VIAJANTES NO BRASIL DO SÉCULO XIX: CULTURA E COTIDIANO, TRADIÇÃO E RESISTÊNCIA, São Paulo: Ed. Unesp, 2002.
- BARRETO, Cel. Aníbal (1958) FORTIFICAÇÕES DO BRASIL (Resumo Histórico). Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1958.
- BELTRÃO, M. C. (org.) ARQUEOLOGIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Niterói, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1978:57-68
- BELTRÃO, M.C. e KNEIP, L. – Arqueologia dos estados do Rio de Janeiro e Guanabara: linhas de pesquisa. PESQUISAS, SÉRIE ANTROPOLOGIA v. 20, São Leopoldo, Inst. Anchieta de Pesquisas, 1969: 93-100
- BENTO, Cláudio Moreira. “Os Puris do Vale do Paraíba Paulista e Fluminense”. In: ANAIS DO XII SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO VALE DO PARAÍBA. São José dos Campos: UNIVAP, 1996, pp.99-112.
- BO, João Batista L., PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO NA UNESCO, AÇÕES E SIGNIFICADOS, Brasília, DF: Unesco, 2003.
- BOXER, Charles, O IMPÉRIO MARÍTIMO PORTUGUÊS, 1415-1825, São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

- BRASIL, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – ESTATÍSTICAS HISTÓRICAS DO BRASIL: SÉRIES ECONÔMICAS, DEMOGRÁFICAS E SOCIAIS DE 1550 1 1985. Rio de Janeiro, IBGE, 1987 (Séries Estatísticas Retrospectivas:3).
- BRASIL, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – GEOGRAFIA DO BRASIL. Rio de Janeiro, IBGE, 1977. (Região Sudeste Vol. III).
- BRASIL, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – MANUAL TÉCNICO DA VEGETAÇÃO BRASILEIRA. Rio de Janeiro, IBGE, 1992. (Série Manuais Técnicos em Geociências, nº 1).
- BRASIL, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF – PARQUE NACIONAL DA SERRA DA BOCAINA: LEVANTAMENTO DE DADOS CADASTRAIS. Brasília, IBDF, 1997.
- BRASIL, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais – IBAMA – CATÁLOGO DE ÁRVORES DO BRASIL. Brasília, IBAMA, 2001.
- BRASIL, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – O SISTEMA DE INFORMAÇÕES RURAIS DO INCRA. Brasília, INCRA, 1996.
- BRASIL, Min. De Minas e Energia, Projeto RADAMBRASIL. LEVANTAMENTO DE RECURSOS NATURAIS. Rio de Janeiro, Min. De Minas e Energia, 1983 (Vol.32. Folhas SF.23/24 – Rio de Janeiro/Vitória).
- BRUNO, Ernani da Silva, *História Geral e Regional*, vol. 4, Rio e Minas, São Paulo: Cultrix, 1967
- BUENO, Eduardo – NÁUFRAGOS, TRAFICANTES E DEGREDADOS: AS PRIMEIRAS EXPEDIÇÕES AO BRASIL 1500 – 1531. Rio de Janeiro, Objetiva, 1998 (Coleção Brasílis :2).
- BURKE, Peter, TESTEMUNHA OCULAR, HISTÓRIA E IMAGEM, Bauru: Edusc, 2004.
- _____, A ESCOLA DOS ANNALES (1929-1989) A REVOLUÇÃO FRANCESA DA HISTORIOGRAFIA, São Paulo: Ed. Unesp, 1990.
- _____, A ESCRITA DA HISTÓRIA: NOVAS PERSPECTIVAS, São Paulo: Ed. Unesp, 1992.
- CANO, Wilson. RAÍZES DA CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL EM SÃO PAULO. São Paulo: Difel, 1977.
- CARDIM, Fernão – TRATADO DA TERRA E GENTE DO BRASIL. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia – EDUSP, 1985.
- CARDOSO, Maria Francisca T. C. – Organização e Reorganização do Espaço no Vale do Rio Paraíba do Sul – Uma Análise Geográfica até 1940. Rio de Janeiro, IBGE, REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA 53(1):81-135, jan/mar 1991.
- CARVALHO, Aline Vieira de – ENTRE ILHAS E CORRENTES: A CRIAÇÃO DO AMBIENTE EM ANGRA DOS REIS E PARATY, BRASIL. Tese de Doutorado apresentada ao NEPAM/UNICAMP, 2009 (no prelo).
- CARDIM, Pe. Fernão, TRATADOS DA TERRA E GENTE DO BRASIL, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.
- CASAL, Manuel Aires do, COROGRAFIA BRASILEIRA OU RELAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA DO REINO DO BRASIL, São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1976.
- CASTELLS, Manuel – Mudança Econômica e Tecnológica e a Nova Divisão Espacial do Trabalho. Rio de Janeiro, ESPAÇO E DEBATES, VI(17):5-23, 1986.

- CASTELNEAU-L'ESTOILE, Charlotte, OPERÁRIOS DE UMA VINHA ESTÉRIL: OS JESUÍTAS E A CONVERSÃO DOS ÍNDIOS NO BRASIL, 1580-1620, Bauru: Edusc, 2006.
- CERTEAU, Michel de, A INVENÇÃO DO COTIDIANO: ARTES DE FAZER, VOL 1, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- CLARK, David – INTRODUÇÃO À GEOGRAFIA URBANA. Trad.: Lúcia Helena de Oliveira Gerardi e Silvana Maria Pintaudi. São Paulo, Difel, 1985.
- COELHO, Lucinda Coutinho de Mello. ENSAIOS VALEPARAIBANOS. Rio de Janeiro: Asa Artes Gráficas, 1984.
- COSTA, Emília Viotti. Da Senzala à Colônia. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- CROSBY, Alfred W. – ECOLOGICAL IMPERIALISM: THE BIOLOGICAL EXPANSION OF EUROPE 900-1900. Cambridge, Cambridge Univ. Press, 1986.
- DANSEREAU, Pierre – A Ecologia e a Escalada do Impacto Humano. In: KADE, Gerhard 21T allii – O HOMEM E SEU AMBIENTE. Trad.: Gastão Jacinto Gomes. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1975.
- DEAN, Warren – Indigenous Populations of São Paulo – Rio De Janeiro Coast: Trade, Aldeamento, Slavery and Extinction. Aão Paulo, REVISTA DE HISTÓRIA, (117):3-26, 1984.
- _____ - WITH BROADAX AND FIREBRAND: THE DESTRUCTION OF THE BRAZILIAN ATLANTIC FOREST. Berkely, Univ. of 21T21ifórnia Press, 1995.
- DERBY, Orville. "Roteiro de uma das primeiras bandeiras paulistas". REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO. São Paulo, 1899, v.04, pp.329-350.
- DIAS, Maria Odila da Silva. "A interiorização da Metrópole (1808-1853)", in MOTA, Carlos Guilherme (org.). 1822: DIMENSÕES. São Paulo: Perspectiva, 1972, pp.106-86.
- DIAS JR., Ondemar – Notas prévias sobre as pesquisas arqueológicas nos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. PRONAPA, Museu Paraense Emilio Goeldi, Belém, Publicações Avulsas 6, 1967: 89-101
- _____ - Considerações iniciais sobre o terceiro ano de pesquisas no Estado do Rio de Janeiro. PRONAPA, Resultados Preliminares do III Ano. Museu Paraense Emilio Goeldi, Belém, Publicações Avulsas 13, 1969: 143-160
- _____ - A fase Parati: apontamentos sobre uma fase cerâmica neobrasileira. UNIVERSITAS 8, 1971: 117-133.
- DRUMMOND, José Augusto – A História Ambiental: Temas, Fontes e Linhas de Pesquisa. Rio de Janeiro, ESTUDOS HISTÓRICOS 4(8):177-197, 1991.
- _____ - DEVASTAÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NO RIO DE JANEIRO. Niterói, EDUF, 1997 (Coleção Antropologia e Ciência Política :2)
- EGLER, Cláudio Antônio G. – Dinâmica Territorial Recente da Indústria no Brasil – 1970/80. In: BECKER, Bertha 21T allii – TECNOLOGIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1988, p.121 – 152.
- ELETROBRÁS / TERMONUCLEAR – ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL PARA O LICENCIAMENTO DA UNIDADE 2 DA CNAAB (ANGRA 2). Natrontec, 2000
- ELLIS, Myriam – A BALEIA NO BRASIL COLONIAL. São Paulo, Ed. Melhoramentos, EDUSP, 1968.

- EVANGELISTA, Ely G. dos S., *A UNESCO E O MUNDO DA CULTURA*, Brasília, DF: Unesco / Editora UFG, 2003.
- FERREIRA, Maria Thereza Corrêa da Rocha, *Aldeamentos indígenas paulistas no final do período colonial*, dissertação de mestrado, SILVA, Maria Beatriz Marques Nizza da (orient), São Paulo: FFLCH/USP, 1991.
- FONSECA, M.J.G.; SILVA, Z.C.G.; CAMPOS, D.A.; TOSATTO, P. (1979) FOLHAS DO RIO DE JANEIRO, VITÓRIA E IGUAPE – TEXTO EXPLICATIVO. Brasília, DNPM. 239p.
- FRAGOSO; J. BICALHO, M. F; GOUVÊA, M. de F. (orgs.). *O ANTIGO REGIME NOS TRÓPICOS: A DINÂMICA IMPERIAL PORTUGUESA (SÉCULOS XVI–XVIII)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo, *O ARCAÍSMO COMO PROJETO, MERCADO ATLÂNTICO, SOCIEDADE AGRÁRIA E ELITE MERCANTIL EM UMA ECONOMIA COLONIAL TARDIA: RIO DE JANEIRO, c.1790-c1840*, 4^o.ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FREYRE, Gilberto – *CASA GRANDE E SENZALA*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 23 ed., 1984.
- FUNARI, Pedro Paulo de Abreu e OLIVEIRA, Nanci Vieira de – *Arqueologia em Angra dos Reis*, RJ, TEXTOS DIDÁTICOS, IFCH/UNICAMP, n. 55, Setembro 2005.
- GANDAVO, Pero de Magalhães, *TRATADO DA TERRA DO BRASIL – HISTÓRIA DA PROVÍNCIA DE SANTA CRUZ*, São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1980.
- GATTO, Luiz Carlos S. 22T allii – GEOMORFOLOGIA. In: BRASIL, Projeto RADAMBRASIL – LEVANTAMENTO DE RECURSOS NATURAIS. Rio de Janeiro, Min. De Minas e Energia, 1983, pág. 305 – 384. (Série Levantamento de Recursos Naturais, Vol. 32).
- GASPAR, Maria Dulce e TENÓRIO, Maria Cristina – *Amoladores e polidores fixos do litoral brasileiro*. REVISTA DO CEPA vol 17 (20): 181-190, 1990.
- GEERTZ, Cliford, *A INTERPRETAÇÃO DAS CULTURAS*, Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
- _____, *O SABER LOCAL: NOVOS ENSAIOS DE ANTROPOLOGIA INTERPRETATIVA*, Trad: Vera Mello Joscelyne, 3 ed., Petrópolis: Vozes, 2000.
- GOULART, José Alípio, *TROPAS E TROPEIROS NA FORMAÇÃO DO BRASIL*, Rio de Janeiro: Conquista, 1961.
- GOULDBLOM, Johan – *FIRE AND CIVILIZATION*. London, Penguin, 1992.
- GUSGEL, Heitor e AMARAL, Edelweiss C. *PARATY, CAMINHO DO OURO*. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1973.
- GUSMÃO, Neusa Maria M. de – *CAMPINHO DA INDEPENDÊNCIA – UM CASO DE PROLETARIZAÇÃO CAIÇARA*. São Paulo, Dissertação de Mestrado, PUC/SP, 1979 (inédito).
- _____- *TERRA DE PRETOS, TERRA DE MULHERES – TERRA MULHER E RAÇA NUM BAIRRO RURAL NEGRO*. Brasília, Ministério da Cultura, Fund. Cultural Palmares, 1995.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de – *CAMINHOS E FRONTEIRAS*. São Paulo, Companhia das Letras, 3 ed., 1994.
- _____- *RAÍZES DO BRASIL*. Rio de Janeiro, J. Olympio Ed., 19 ed., 1987.

- _____ - HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA: A ÉPOCA COLONIAL. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 8 ed., 1984.
- IPHAN. CADASTRO NACIONAL DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS. Site www.iphan.gov.br
- KNEIP, Lina M. Pescadores e Coletores do Litoral, sugestões para um projeto de pesquisa. REVISTA DO MUSEU PAULISTA n. 19, EDUSP, São Paulo 1970/71
- _____ - COLETORES E PESCADORES PRÉ-HISTÓRICOS DE GUARATIBA, RIO DE JANEIRO. UFRJ/EDUFF, Rio de Janeiro, 1987.
- KNEIP, Lina e OLIVEIRA, Nanci V. – Amoladores e Polidores Líticos fixos da Ilha de Marambaia. II SIMPÓSIO TÉCNICO-CIENTÍFICO DA MARAMBAIA: AVANÇO NOS CONHECIMENTOS, URRJ, Seropédica, 2000
- KOSELLECK, Reinhard, FUTURO PASSADO: CONTRIBUIÇÃO À SEMÂNTICA DOS TEMPOS HISTÓRICOS, Rio de Janeiro: Contraponto/Editora Puc Rio, 2006.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. SETORES DA EVOLUÇÃO FLUMINENSE: O HOMEM E A SERRA. Rio de Janeiro: Conselho Regional de Geografia: 1963.
- LAMEGO, Alberto – O HOMEM E A SERRA. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia/IBGE, 1950.
- LE GOFF, Jacques, HISTÓRIA E MEMÓRIA. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges, Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (Dir.), HISTÓRIA: NOVOS OBJETOS. Trad. Terezinha Marinho, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- _____, HISTÓRIA: NOVOS PROBLEMAS. Trad. Terezinha Marinho, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- _____, HISTÓRIA: NOVAS ABORDAGENS. Trad. Terezinha Marinho, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- LEITE, Serafim, SCJ, HISTÓRIA DA COMPANHIA DE JESUS NO BRASIL, 5 vol, Lisboa: Portugalia, 1950.
- _____, ARTES E OFÍCIOS DOS JESUÍTAS NO BRASIL, 1549-1760, Lisboa: Edições Brotéria, 1953.
- LENHARO, Alcir. AS TROPAS DA MODERAÇÃO: O ABASTECIMENTO DA CORTE NA FORMAÇÃO POLÍTICA DO BRASIL: 1808-1842. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1993. 1ª edição: 1979.
- LIMA, Honório – NOTÍCIAS HISTÓRICO – GEOGRÁFICAS DE ANGRA DOS REIS. Rio de Janeiro, Ed. Liv. São José, 1974 (Ed. Original,. Niterói, 1889).
- LIMA, Leilane Patricia – CONTRIBUIÇÕES PARA A ARQUEOLOGIA HISTÓRICA EM ANGRA DOS REIS: AS FORTIFICAÇÕES EM PONTA LESTE: UM ESTUDO DE CASO. Dissertação de Mestrado, MAE/USP, 2008
- LIMA, Tânia Andrade – Pesquisas Zooarqueológicas em Sambaquis da Baía da Ribeira, Angra dos Reis, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, BOLETIM DA FBCN 22:126-132, 1987.
- _____ - DOS MARISCOS AOS PEIXES: UM ESTUDO ZOOARQUEOLÓGICO DE MUDANÇA DE SUBSISTÊNCIA NA PRÉ-HISTÓRIA DO RIO DE JANEIRO. Tese de Doutorado FFLCH-USP, 1991.

- _____ - Ocupações pré-históricas em ilhas do Rio de Janeiro. In: BELTRÃO, M.C. (org). ARQUEOLOGIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Niterói, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1995: 95-104
- LOBATO, Monteiro, CIDADES MORTAS, São Paulo: Brasiliense, 1965.
- LOTUFO, César A. – A ocupação pré-histórica do litoral centro-sul fluminense: inserção geomorfológica de assentamentos e aspectos ecológicos. In: BELTRÃO, M.C. (org). ARQUEOLOGIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Niterói, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1995: 57-68
- LYRA, Maria de Lourdes Viana. A UTOPIA DO PODEROSO IMPÉRIO: PORTUGAL E BRASIL: BASTIDORES DA POLÍTICA, 1798-1822. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.
- LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da. “A Estrada e o Desenvolvimento Econômico: a Estrada São Paulo-Santos”. In: ANAIS DO IX SIMPÓSIO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA. São Paulo, Vol. II, ANPUH, pp. 551-567, 1979.
- MACHADO, Lia Osório – Angra dos Reis: Por que olhar para o passado?. In: MITCHELL, Gilberto – PROJETO MATA ATLÂNTICA. Rio de Janeiro, FURNAS Centrais Elétricas EM, dez/1995.
- MAGALHÃES, Basílio de – OS CAMINHOS ANTIGOS PELOS QUAIS FOI O CAFÉ TRANSPORTADO DO INTERIOR PARA O RIO DE JANEIRO E PARA OUTROS PONTOS DO LITORAL FLUMINENSE. Editora do Departamento Nacional do Café, Riio de Janeiro, 1934.
- MARCONDES, Renato Leite. A ARTE DE ACUMULAR NA ECONOMIA CAFEIEIRA: VALE DO PARAÍBA NO SÉCULO XIX. São Paulo: Stiliano, 1998.
- MELLO, Carl E. H. V. – APONTAMENTOS PARA SERVIR À HISTÓRIA FLUMINENSE (ILHA GRANDE), ANGRA DOS REIS. Ed. do Conselho Municipal de Cultural, 1987.
- MENDONÇA DE SOUZA, Alfredo – Pré-História de Parati. NHEENGATU, 1(2), 1977: 47-90
- _____ - PRÉ-HISTÓRIA FLUMINENSE. IEPC/SEEC, Rio de Janeiro, 1981
- MENESES, Ulpiano T. B. de, O OBJETO MATERIAL COMO DOCUMENTO, aula ministrada no curso “Patrimônio cultural: políticas e perspectivas”, organizado pelo IAB/CONDEPHAAT em 1980, *mimeo*.
- _____, “Morfologia das cidades brasileiras: introdução ao estudo histórico da iconografia urbana”, in *Revista USP: DOSSIÊ BRASIL DOS VIAJANTES*, São Paulo, N. 30, junho/agosto 1996, pp. 144-155.
- MILLIET, Sérgio, ROTEIRO DO CAFÉ E OUTROS ENSAIOS, CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA HISTÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL DO BRASIL, São Paulo: Hucitec/Instituto nacional do Livro/Fundação Nacional Pró-Memória, 1982. 1^o. Ed 1938.
- MINISTÉRIO DA CULTURA; IPHAN. BENS MÓVEIS E IMÓVEIS INSCRITOS NOS LIVROS DO TOMBO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994. 4^a. Edição.
- MONBEIG, Pierre – PIONEIROS E FAZENDEIROS EM SÃO PAULO. São paulo, Hucitec, 1984.

- MÜLLER, Nice Lecocq – O FATO URBANO NA BACIA DO RIO PARAÍBA, ESTADO DE SÃO PAULO. Rio de Janeiro, IBGE, 1969. (Biblioteca Geográfica, Série A :23).
- MUMFORD, Lewis, *La cite à travers l'histoire*, Paris: Seuil, 1964.
- NIMUENDAJU, Curt – MAPA ETNO-HISTÓRICO DE CURT NIEMUENDAJU. Rio de Janeiro, IBGE – Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.
- NOTA DE ORIENTACIÓN 8 – PATRIMONIO CULTURAL, International Finance Corporation, s/n.
- OLIVEIRA, José Teixeira de (org), *Dicionário brasileiro de datas históricas*, Belo Horizonte: Itatiaia, 1992.
- OLIVEIRA, Nanci V. – SÃO BARNABÉ: LUGAR DE MEMÓRIA. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da IFCH/UNICAMP, 2002.
- _____ - Arqueologia e Historia; estudo de um poblado jesuítico em Rio de Janeiro. ARQUEOLOGIA EM AMÉRICA DEL SUR. LOS DESAFIOS DEL SIGLO XXI. Bogotá, Uniandes, 2004:73-92
- _____ - ANGRA 3 – DIAGNÓSTICO DO POTENCIAL ARQUEOLÓGICO. Relatório elaborado para a ELETRONUCLEAR, Março 2006.
- OLIVEIRA, Nanci Vieira e AYROSA, Pedro Paulo S. – Polidores e amoladores fixos de Piraquara, Angra dos Reis. ANAIS DA VI REUNIÃO CIENTÍFICA DA SAB, Rio de Janeiro, 1991:753-760.
- OLIVEIRA, Nanci Vieira; FUNARI, Pedro Paulo de Abreu e MEDEIROS FARIA, Jorge Belizário. Ppreservacion y conservación de sítios arqueológicos em El Estado de Rio de Janeiro: Arqueologia em Angra dos Reis y Educación Patrimonial. IN: Acuto, F. – EL PASADO CONTEMPORÁNEO: TRABAJO DE CAMPO Y ARQUEOLOGIA PUBLICA EM SURAMERICA. 2008 (no prelo).
- PALERM, Angel e WOLF, Eric R. – Potencial Ecológico y Desarrollo Cultural em Mesoamérica. In: ESTUDIOS SOBRE ECOLOGIA HUMANA. Washington, Union Panamericana, Estudios Monográficos III, p. 1-38, 1958.
- PEREIRA, João Carlos. ESTRUTURA E EXPANSÃO DA INDÚSTRIA EM SÃO PAULO. São Paulo: Companhia Editora Nacional: 1967.
- PERLIN, John – A FOREST JOURNEY: THE ROLE OF WOOD IN THE DEVELOPMENT OF CIVILIZATION. New York, Norton, 1989.
- PESEZ, Jean-Marie, “A história da cultura material”, in LE GOFF, Jacques (org), *A história nova*, Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2003. pp. 180-215.
- PRADO JÚNIOR, Caio – FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO. São Paulo, Brasiliense, 1942.
- _____ - HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL. São Paulo, Brasiliense, 1956.
- _____. FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO. São Paulo: Publifolha, 2000.
- PRADO JR., Caio, EVOLUÇÃO POLÍTICA DO BRASIL E OUTROS ESTUDOS, São Paulo: Brasiliense, 1972.
- _____, FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO: COLÔNIA, São Paulo: Publifolha, 2000.

- PROUS, André. ARQUEOLOGIA BRASILEIRA. Brasília: Edunb, 1992.
- PRED, Allan – Industrialização e Urbanização como Processos Espaciais Interagentes: Exemplos da Experiência Americana. In: James, P 26T allii – GEOGRAFIA HUMANA NOS EUA. Rio de Janeiro, Ed. Forense, 1970.
- _____ - SISTEMAS DE CIDADES EM ECONOMIAS ADIANTADAS. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1979.
- PYNE, Stephen J. – FIRE IN AMERICA: A CULTURAL HISTORY OF WILDLAND AND RURAL FIRE. Princeton, Princeton Univ. Press, 1988.
- REIS, Arthur César Ferreira. “A PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO”, IN HOLANDA, SÉRGIO BUARQUE DE (ORG.). HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, tomo II, vol.2. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1978, 26T.315-352.
- REIS, Nestor Goulart – IMAGENS DO BRASIL COLONIAL. S. Paulo: Edusp/ Imprensa Oficial do Estado/ FAPESP, 2000.
- _____. EVOLUÇÃO URBANA DO BRASIL, 1500-1720. S. Paulo: Pini, 2000. 2ª. Ed.
- RIBEIRO, Darcy – OS ÍNDIOS E A CIVILIZAÇÃO. Petrópolis, Vozes, 5 ed., 1988.
- _____ - O PROCESSO CIVILIZATÓRIO. Petrópolis, Vozes, 9 ed., 1987.
- ROCHA PITA, Sebastião da, HISTÓRIA DA AMÉRICA PORTUGUESA, Salvador: Livraria Progresso, 1950. 1º. Ed 1730.
- ROCHE, Daniel, HISTÓRIA DAS COISAS BANAIAS: NASCIMENTO DO CONSUMO SÉC. XVII-XIX, Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- RONCAYOLO, Marcel, e PAQUOT, Thierry (dir.), *Villes et civilisation urbaine: XVIII – XX siècles*, Paris: Larousse, 1992.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R. “O poder local na América Portuguesa”, in *Revista de História*, v.55, nº109, São Paulo, 1977, pp.25-79.
- SALVADOR, Vicente do, Frei – HISTÓRIA DO BRASIL. Belo Horizonte, Ed Itatiaia – EDUSP, 1987.
- SARAIVA, José Hermano – HISTÓRIA CONCISA DE PORTUGAL. Lisboa, Pub. Europa-América, 12 ed., 1988. (Coleção SABER :123).
- SCOTT, Ana Sílvia Volpi. “Migração e Família no Vale do Paraíba – Séculos XVIII e XIX”. In: ANAIS DO XII SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO VALE DO PARAÍBA. São José dos Campos: UNIVAP, 1996, pp.33-76.
- SIMONSEN, Roberto C. HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL (1550-1820). 8ª edição. São Paulo: Editora Nacional, 1978.
- SLEMIAN, A.; MARTINS, A. C.; PIMENTA, J. P. G. 26T al. CRONOLOGIA DE HISTÓRIA DO BRASIL COLONIAL (1500-1831). São Paulo: DH-FFLCH-USP, 1995.
- SOUZA, Alfredo Mendonça de – Pré-história de Parati. Rio de Janeiro, NHENGATU – CADERNOS BRASILEIROS DE ARQUEOLOGIA E INDIGENISMO (2):47-90, Inst. Sup. De Cultura Brasileira, mar/abr 1977.
- SOUZA, Gabriel Soares de – TRATADO DESCRITIVO DO BRASIL EM 1587. São Paulo, Cia. Ed. Nacional e EDUSP, 1971 (Coleção Brasileira vol 117 – Original de 1587).

- SOUZA, Iara Lis Carvalho de. A PÁTRIA COROADA: O BRASIL COMO CORPO POLÍTICO AUTÔNOMO – 1780-1831. São Paulo: Editora Unesp, 1999.
- SOUZA, Laura de Mello, “Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações”, in NOVAIS, Fernando Antonio (coord.) e SOUZA, Laura de Mello e (org.), *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*, vol. 1, São Paulo: Companhia das Letras, 2001. pp. 41-82.
- STADEN, Hans – DUAS VIAGENS AO BRASIL. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia – EDUSP, 1988. (Original de 1557).
- STEIN, Stanley J. GRANDEZA E DECADÊNCIA DO CAFÉ NO VALE DO PARAÍBA. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.
- TAUNAY, Affonso d’Escragnoille – HISTÓRIA DO CAFÉ NO BRASIL. Rio de Janeiro, dep. Nac. do Café, 1939.
- TENÓRIO, Maria Cristina – Pesquisas arqueológicas na Ilha Grande, RJ: sítio Ilhote do Leste. ANAIS DA VI REUNIÃO CIENTÍFICA DA SAB vol I, 1992: 292-303.
- _____ - Estabilidade dos grupos litorâneos pré-históricos. In: BELTRÃO, M.C. (org.) ARQUEOLOGIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Niterói, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1995: 43-50
- _____ - Os fabricantes de machados da Ilha Grande. In: PRE-HISTÓRIA DA TERRA BRASILIS, Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1999: 233-246.
- TURNER, Frederick – O ESPÍRITO OCIDENTAL CONTRA A NATUREZA. Rio de Janeiro, Campus, 1990.
- VALVERDE, Orlando – ESTUDOS DE GEOGRAFIA AGRÁRIA BRASILEIRA. Petrópolis, Ed Vozes, 1985.
- VASCONCELLOS, Maria Cristina R. de – FAMILIAS ESCRAVAS EM ANGRA DOS REIS. Tese de Doutorado, FFLCH-USP, 2006.
- WHATELEY, Maria Celina – O CAFÉ EM RESENDE NO SÉCULO XIX. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1987